

Introdução ao Uso de Métodos de Pesquisa em Ciência Política

2 Os Métodos em Ciência Política



TÓPICO 1 “Método” e “Métodos”



Os métodos de pesquisa são um conjunto de procedimentos sistemáticos utilizados na elaboração de conhecimento acerca de um fenômeno/objeto. O conhecimento científico em Ciência Política, assim como nas demais Ciências Sociais, baseia-se em explicações sobre um dado fenômeno que explicitam/contém relações de causalidade. Os diversos métodos de investigação orientam sobre a elaboração das questões, a construção do objeto de investigação, as técnicas mais adequadas para o levantamento das informações e o processo de análise dos resultados que levará a explicações sobre determinados aspectos da realidade social e política. Entre os métodos mais utilizados na Ciência Política encontraremos estudos estatísticos, os estudos de caso, a análise histórica comparativa e a análise de redes sociais – todos envolvem o uso de técnicas quantitativas e/ou qualitativas.

Porém, antes de adentrarmos na especificidade de cada método e das técnicas que lhes são peculiares, cabe introduzir uma distinção útil entre “método de abordagem” e “métodos de procedimento” tal como proposta por Marconi e Lakatos (2011).

O “**método de abordagem**” trata dos processos mentais e das operações lógicas mais abstratas e sua relação com a realidade. Entre eles estão: o método indutivo, o método dedutivo, o método hipotético-dedutivo, o método fenomenológico e o método dialético. Os “**métodos de procedimento**” fornecem as bases lógicas para a investigação. É importante ter essa distinção em mente, pois ela é fundamental para que tenhamos consciência das implicações de, por um lado, estarmos inseridos em determinados paradigmas de conhecimento que pressupõem determinados tipos de “método”, e por outro, a afinidade destes com determinados “métodos” de operacionalização da pesquisa.

- O **método indutivo** é o processo mental por meio do qual parte-se de dados particulares e caminha-se para a inferência de uma verdade geral ou universal, não contida nas partes constatadas. O conhecimento é fundamentado na experiência,

a partir da observação dos fenômenos e das relações que estes mantêm entre si. O objetivo dos argumentos produzidos por indução é sua maior generalidade em relação aos pressupostos em que se basearam. Nesse tipo de método atenta-se para a repetição ou regularidades na ocorrência dessas relações. Um exemplo da forma desse raciocínio é o seguinte: Antonio é mortal. João é mortal. Carlos é mortal. Antonio, João, Carlos são homens. Logo, todos os homens são mortais.

- O **método dedutivo** é um método racionalista no qual o raciocínio tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. A cadeia de raciocínio “desce” da análise do mais geral para o particular na formulação do argumento. Parte-se de uma teoria geral para chegar a uma conclusão sobre o particular. Exemplo desse raciocínio é: Todo homem é mortal. Pedro é homem. Logo, Pedro é mortal.
- O **método hipotético-dedutivo**, definido por Karl Popper, pressupõe a constante presença de lacunas no conhecimento, que seriam solucionáveis mediante tentativas explicativas – formuladas em termos de teorias, hipóteses, conjecturas – e eliminação dos erros. Formulam-se hipóteses para determinado problema e por meio do processo de inferência dedutiva estas são continuamente verificadas, ou seja, testadas, de modo a obter sua validação na explicação de um fenômeno. Hoje, o método hipotético-dedutivo é considerado o método científico, por excelência.
- O **método fenomenológico** – ou hermenêutico – é um método interpretativo, baseia-se na “descrição” da experiência de sujeitos-atores que são considerados como parte do processo de construção do conhecimento. Dessa forma, a realidade aparece de múltiplas formas e só pode ser interpretada, comunicada.
- O **método dialético** pressupõe que contradições são inerentes aos fenômenos sociais e que a observação deve captar mudanças que ocorrem em função de tais contradições que se relacionam e se transcendem gerando novas contradições. A observação de tais contradições se dá no interior do contexto sócio-econômico e político, jamais independente deste.

Os métodos de abordagem supõem, então, diferentes formas de explicar a realidade, isto é de produzir argumentos teóricos que tratam das relações, regularidades ou recorrências que constituem um dado fenômeno social. Porém, é importante observar que não existe uma “receita metodológica” que determine um caminho linear entre paradigma-método-métodos e tipo de explicação, mas sim a consideração prévia de que há afinidades que não podem ser ultrapassadas: o método indutivo tem afinidade com o paradigma positivista e com a metodologia quantitativa; enquanto o método fenomenológico, ou hermenêutico, liga-se a métodos invariavelmente associados a uma metodologia qualitativa.

Associados ao tipo de método de abordagem e aos tipos de métodos de procedimento encontram-se os **tipos de explicação**, que resultam de uma investigação científica nas ciências sociais em geral. A produção de conhecimento científico em ciências sociais baseia-se na utilização de diversos métodos para o levantamento de evidências empíricas; a eles se associam estratégias de investigação e análise que servirão à produção de explicações sobre fenômenos políticos e sociais; isto é, de que será possível observar e interpretar as regularidades existentes no mundo social.

Diferentemente das ciências naturais, as **explicações** produzidas acerca dos fenômenos políticos e sociais não é determinística, mas probabilística, pois tais fenômenos podem variar



de um caso para outro (Marques, 2007: 142). Podemos reconhecer, seguindo a classificação do sociólogo e historiador Charles Tilly (apud Marques, 2007) quatro tipos de explicação:

- 1º as “leis gerais supõem a construção de amplas generalizações baseadas em informações empíricas de grande envergadura;
- 2º “a pesquisa é organizada metodologicamente como uma grande coleção de informações, controlando as variações em torno do que seriam médias estatísticas e apontando para as condições associadas à ocorrência de um determinado fenômeno” (p. 143). Se tais informações envolvem motivações e cognições, a explicação será “por propensões”.
- 3º Um terceiro tipo, inserido no paradigma sistêmico, ocorre quando a explicação acerca do fenômeno depende da posição que este ocupa em uma estrutura ou sistema pré-estabelecido pela teoria;
- 4º o quarto tipo de explicações se dá quando se recorre aos mecanismos e processos envolvidos, o que faz com que os fenômenos estejam situados mais próximos da própria ação social, mobilizando causas e analogias no argumento e apresentando um nível de abstração menor que os três tipos de explicação anteriores.

Uma questão no uso de diferentes **métodos de procedimento**, por vezes polêmica, diz respeito ao número de casos analisados e sua relação com a produção de explicações com maior ou menor capacidade de generalização. A citação a seguir mostra que não se trata de defender um ou outro método como melhor (seja ele quantitativo ou qualitativo) e tampouco encontrar o valor de um estudo em razão do número de casos analisados:

A utilização de uma estratégia baseada em um grande número de casos com poucas variáveis (usualmente quantificadas) permite, na maior parte das vezes, uma capacidade de generalização elevada, mas, por definição, leva o analista para longe dos detalhes e restringe o conjunto de elementos que podem ser estudados conjuntamente (Przeworski e Teune, 1970). Por outro lado, estudos baseados em casos estão muito mais interessados nos detalhes e tiram a sua capacidade de análise do entrelaçamento e da ordem dos fenômenos e das variáveis (Ragin, 1987), em troca de uma maior dificuldade de generalizar. A generalização e a compreensão dos detalhes e da variabilidade dos fenômenos somente podem ser alcançadas por meio da combinação dessas duas estratégias, tarefa que é normalmente realizada com o trabalho cooperativo no interior da comunidade científica entre perspectivas diferentes. (Marques, 2007: 142).

TÓPICO 2 Estudos Estatísticos e Estudos de Caso

O uso de métodos estatísticos é provavelmente um dos mais comuns no interior da disciplina de Ciência Política, particularmente em estudos sobre valores, atitudes e comportamentos políticos predominantes, o comportamento eleitoral e a avaliação de políticas públicas. Supõem o levantamento de dados mediante o uso de questionários ou formulários aplicados a amostras representativas da população. As estratégias de análise podem envolver um conjunto variado de técnicas, desde ferramentas estatísticas, frequentemente descritivas – como média, moda, mediana –, à verificação das relações entre

variáveis por meio da análise de correlação, regressão logística, ou construção de índices, como o índice de Gini. Esse tipo de método supõe a lógica hipotético-dedutiva no passo-a-passo da investigação e certas definições estabelecidas e fixadas no ponto de partida.

O modelo geral seguido em estudos estatísticos aparece usualmente nos artigos e trabalhos científicos que fazem uso da metodologia quantitativa, de forma mais ou menos explícita. De forma bem sintética, uma vez que o pesquisador possui já suas questões ou seu problema – por exemplo, deseja explicar o voto dos indivíduos –, a análise desse problema se dá mediante a escolha de conceitos teóricos que são pertinentes ao tema estudado e sua operacionalização, isto é, sua “tradução” em variáveis que poderão ser manipuladas estatisticamente a partir do banco de dados. Variável é uma palavra-chave no interior da metodologia estatística: há normalmente uma variável dependente (o que se busca explicar: por exemplo, o voto em um dado candidato) e uma ou mais variáveis independentes (o conceito ou os conceitos que explicam as variações da variável independente: por exemplo, condições econômicas dos eleitores). Embora seja comum o uso de uma única variável dependente, podem-se usar variáveis de controle.

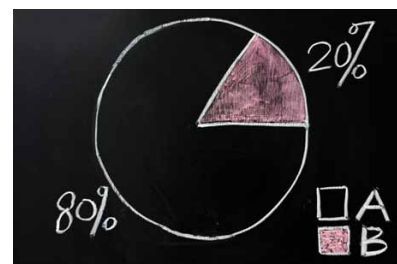
Se o acento aqui é o uso do método e das técnicas estatísticas na ciência política, tal uso segue regras e procedimentos geralmente comuns a qualquer ciência social. Primeiro, formula-se um enunciado teórico que inclui conceitos operacionalizáveis por meio de variáveis adequadas. O segundo passo é a construção do banco de dados – ou a utilização de um já existente –, composto de ‘n’ casos. Como o número de casos de uma amostra estatística é costumeiramente grande, mormente se utiliza um aplicativo, como o **SPSS**¹, para o acondicionamento e tratamento dos dados pelas ferramentas estatísticas. O terceiro momento é a seleção das ferramentas estatísticas (análise de correlação, regressão logística, teste de hipóteses, entre várias outras) que servirão ao teste das hipóteses, seguida de um quarto passo: a análise dos dados com o apoio das ferramentas do *software* utilizado. Em seguida se realiza a interpretação e análise propriamente dos dados com vistas do atendimento dos objetivos da pesquisa.



¹ Acrônimo de *Search Package for Social Sciences*, programa de computador para gerenciamento de bancos de dados e seu tratamento estatístico.

Por outro lado, os pesquisadores muitas vezes se baseiam em fontes de dados – melhor seria dizer, ‘bases de dados’ – já existentes acerca de seus temas de pesquisa, produzidas em âmbito local, nacional ou internacional. Cada vez mais tais fontes estão disponíveis na rede mundial de computadores. A produção e manutenção de bases de dados representam custos frequentemente altos, muitas vezes inoperáveis para iniciativas individuais ou locais de pesquisa. O acesso àquelas fontes torna possível a realização de certas investigações que careceriam, isoladamente, de recursos suficientes para a produção de bases de dados próprias. Assim, por meio de adaptações conceituais, alterações no nível de abstração das temáticas abordadas e esforço prático na adaptação das bases de dados, selecionando dados e rearranjando-os, é possível a transformação de dados em informação para as iniciativas de investigação específicas.

Há ainda que se considerar a existência de certa mística em torno dos números e indicadores produzidos no âmbito de estudos quantitativos. Não se trata da negação dos métodos estatísticos em si, mas do uso de certos tipos de dados e o modo como são usados: é necessário, por exemplo, atentar que há importantes diferenças entre pesquisas de opinião, estatísticas públicas e pesquisas estatísticas. Os estudos estatísticos não se resumem a usos de médias ou a uma causalidade determinística; ou seja, há muito mais que pode



ser feito com tais métodos de procedimento, inclusive ao se correlacionar seu potencial a diversificados métodos de abordagem, que não precisam ser, necessariamente, associados a explicações do tipo “leis gerais”.

Usualmente encontramos argumentos que visam qualificar o alcance de outros métodos e sua operacionalização em função das características próprias de pesquisas de tipo quantitativo, de seus critérios e regras específicas, como a amostragem representativa, a verificação da objetividade dos dados obtidos e das hipóteses de partida. Tais argumentos se alimentam na percepção de que estudos estatísticos seriam mais facilmente reproduzíveis ou cujos achados mais claramente generalizáveis para o universo de pesquisa. Entretanto, como métodos diversos envolvem lógicas e modos operacionais distintos, criticar um método a partir de outro constitui um erro. Métodos distintos pressupõem procedimentos específicos e naturezas distintas de generalização, como se verá a seguir ao abordarmos os estudos de caso.

Estudos de Caso

O estudo de caso é outra forma muito comum de realizar pesquisa científica em ciência política. Segundo o especialista nesse tipo de método, Robert Yin (2005), os estudos de caso são normalmente usados quando se busca compreender fenômenos sociais complexos. O estudo de caso “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real”. São utilizados para descrever, explorar, mas também explicar os fenômenos sociais e políticos. Podem ser estudos de um único caso ou de múltiplos casos. Se a partir do estudo de caso não se pode generalizar os resultados para populações ou universos, sua particularidade seria a de uma generalização no nível das proposições teóricas. Assim, ao responder questões do tipo “como” e “por que” um fenômeno social e político se dá, o estudo de caso se revela propositivo em termos teóricos. Essa é, aliás, uma dica importante na hora de pensar no tipo de método e estratégia de pesquisa a ser adotada: identificar o tipo de questão de pesquisa que está em jogo. (Yin, 2005)

Ex:

Utilizando os exemplos oferecidos por Yin (2005): “Se você estivesse investigando “quem” sofreu devido a atos terroristas e “quanto” dano foi causado nesses atos, você poderia fazer um levantamento entre os residentes do local, examinar os registros comerciais (uma análise de arquivos) ou conduzir um levantamento de campo na área afetada. Em contraste, se você quisesse saber “por que” esse ato terrorista teve lugar, teria que esquematizar uma série mais abrangente de informações documentárias, ao mesmo tempo em que realizasse algumas entrevistas; se você focasse sua investigação em questões do tipo “por que” em mais de um ato terrorista, provavelmente estaria realizando um estudo de casos múltiplos.” (p. 25)

Ou, ainda: “Da mesma forma, se você quisesse saber ‘o que’ o governo realmente fez após anunciar um novo programa, poderia responder a essa questão realizando um levantamento ou examinando dados econômicos, dependendo do tipo de programa envolvido. As questões (por exemplo, quantos clientes o programa beneficiou, que tipos de benefícios foram concedidos, qual a frequência com que se produziram benefícios diferentes) poderiam ser todas respondidas sem fazer um estudo de caso. Mas se você precisasse saber ‘como’ ou ‘por que’ o programa funcionou (ou não), teria que se dirigir ou para o estudo de caso ou para um experimento de campo” (p. 25)

Embora possa envolver um conjunto bem variado de técnicas para a produção de evidências – técnicas qualitativas, como a observação direta e entrevistas; mas também quantitativas –, o estudo de caso não se confunde com elas ou com outros tipos de pesquisa, como a etnográfica ou as pesquisas históricas. Por outro lado, ela possibilita conjugar e lidar com, no interior de um mesmo projeto de estudo, evidências produzidas a partir de amplo rol de técnicas: levantamento de documentos, entrevistas e observações. Com relação à pesquisa histórica o estudo de caso inclui técnicas que não podem ser usadas por aquela, como a observação direta dos acontecimentos estudados ou entrevistas com pessoas que estavam envolvidas em eventos passados. Ou seja, além de lidar com o fenômeno no interior de seu contexto – pressupondo que é necessário descobrir as relações e a influência que o contexto tem sobre o fenômeno –, o estudo de caso trata de um acontecimento contemporâneo.

Referindo-nos agora à lógica que preside o estudo de caso, veremos que pode ser contrastada com a lógica que preside os estudos quantitativos. Em primeiro lugar, o que se analisa tem quase um caráter único e serão muitas as variáveis a serem analisadas em conjunto – com o que não há a situação de uma variável dependente que será explicada por variáveis independentes. Um segundo ponto baseia-se na existência de várias fontes de evidências – não um banco de dados único fruto de um levantamento –, onde os dados convergirão em formato de triângulo e não pareados. Finalmente, a pesquisa orienta-se não pelo teste sistemático de hipóteses iniciais, mas pela definição de proposições teóricas que vão orientar a coleta de dados e sua análise – e que deve se aperfeiçoar ao longo do caminho da pesquisa.



Como se disse, uma pesquisa desse tipo pode trabalhar sobre um único caso ou incluir múltiplos casos. Estudos de caso único e de múltiplos casos são considerados como variantes do estudo de caso como estratégia de pesquisa. Assim, e tomando em consideração que, pelos três pontos enunciados há pouco, essa estratégia de pesquisa compreenderia momentos elementares de um método de procedimento (lógica de planejamento, técnicas de coleta de dados e abordagens para sua análise num quadro teórico-analítico previamente estruturado), segundo Yin (2005) não caberia simplesmente confundir o estudo de casos múltiplos com um método de caso comparativo.

Por outro lado, não se poderia afirmar que o estudo de caso é uma metodologia qualitativa, pois se poderiam incluir também evidências quantitativas. Talvez o diferencial mais claro na utilização do estudo de caso em uma pesquisa é que toda a condução desta depende do desenvolvimento de um modelo teórico-analítico no início, e que ele será aperfeiçoado ao longo da investigação para mostrar as relações que constituem o fenômeno estudado.

Na Ciência Política o estudo de caso ganha destaque na pesquisa de avaliação de programas e políticas públicas com cinco diferentes aplicações.

A mais importante é explicar os supostos vínculos causais em intervenções da vida real que são complexos demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos. Na linguagem da avaliação, as explicações uniriam a implementação do programa com os efeitos do programa. Uma segunda aplicação é descrever uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre. Em terceiro lugar, os estudos de caso podem ilustrar certos tópicos dentro de uma avaliação, outra vez de um modo descritivo. A quarta aplicação é que a estratégia de estudo de caso pode ser utilizar para

explorar aquelas situações nas quais a intervenção que está sendo avaliada não apresenta um conjunto simples e claro de resultados. Em quinto lugar, o estudo de caso pode ser uma ‘meta-avaliação’ – o estudo de um estudo de avaliação (Yin, 2005: p. 34-35).

TÓPICO 3 Análise Histórica Comparativa e Análise de Redes Sociais (ARS)

Os dois últimos métodos a serem apresentados também estão entre os mais recorrentemente utilizados nos estudos em Ciência Política. Porém, uma diferença entre eles é o fato de que a Análise Histórica Comparativa pode ser considerada um método bastante tradicional, já que utilizado entre os fundadores das Ciências Sociais como Tocqueville, Marx e Weber em obras clássicas. Depois do recuo durante o período de hegemonia das análises comportamentalistas – behavioristas –, houve uma importante retomada do método histórico comparativo desde a década de 1970. Já a utilização da Análise de Redes Sociais (ARS) no estudo dos fenômenos sociais é mais recente e vem se popularizando cada vez mais, junto com o uso do *software* **Ucinet**² que permite o ‘desenho’ – sociogramas – e o cálculo das propriedades das redes, além de sua comparação.



² Ucinet: Aplicativo para análise de dados de redes sociais.

A Análise Histórica Comparativa é parte de uma tradição intelectual que busca explicações de grande envergadura para fenômenos sociais e políticos (Mahoney, Rueschmeyer, 2003; Marques, 2007). Em termos gerais, segundo esses autores, a análise histórica comparativa define-se pela ênfase na análise causal, nos processos que ocorrem ao longo do tempo e no uso da comparação sistemática e contextualizada. Um traço bem característico dos estudos que se pautam por esse método e que facilitam sua identificação é um contínuo foco em “grandes questões” e “grandes processos e estruturas”. Não surpreende que os ‘casos’ comparados ou as unidades de análise costumam ser os Estado-Nação. Os trabalhos com maior destaque tratam, por exemplo, da formação ou reestruturação do Estado e do desenvolvimento do Estado de Bem Estar, e atualmente de suas transformações. Tratam-se assim de unidades em “nível macro”, de macroprocessos. Usualmente, os maiores progressos, no campo de estudos que utiliza esse tipo de estratégia metodológica, se dão em trabalhos que revisitam questões já tratadas no passado – por exemplo, investigações sobre como se formaram determinados Estados-Nação em determinado período do tempo; ou como ocorreu o desenvolvimento de determinados regimes políticos, especificando-se sempre o período e o contexto nacional. Novidades nesse campo de estudo têm a ver com transformações mais recentes, como explicar a queda de regimes socialistas ou comunistas e a reconstituição dos Estados de Bem Estar em função de processos de globalização.

Outro traço distintivo na utilização da análise histórica comparativa é a elaboração de questões e a formulação de *puzzles* sobre um conjunto de casos que apresentam suficiente similaridade para serem comparados de forma significativa uns com os outros.



Sintetizando as características específicas da análise histórica comparativa:

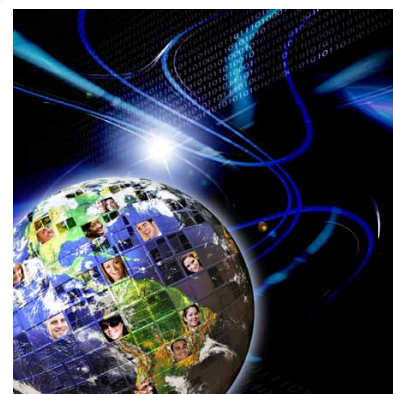
- 1^a a primeira delas diz respeito a sua preocupação com a análise causal, isto é, põe ênfase na explicação e na identificação de configurações causais que produzem resultados de grande envergadura. Distingue-se então de abordagens de tipo interpretativo com foco em comunicar os significados culturais do comportamento humano, por exemplo. Cabe lembrar que na análise histórica comparativa podem conviver diversos tipos de análise causal – por exemplo, a busca de “leis”, uma causalidade de tipo sistêmico ou explicações segundo mecanismos. Além disso, as estratégias podem ser variadas, fazendo uso tanto de técnicas quantitativas quanto qualitativas.
- 2^a Uma segunda característica desse método é a explicitação de ‘sequências’, pois se trabalha não só sobre contextos como sobre períodos da história previamente recordados. Nesse caso, o período analisado e os eventos e sua duração também fazem parte da explicação – e podem se revelar como resultados importantes da análise.
- 3^a Finalmente, uma terceira característica distintiva é o engajamento do estudioso em comparações sistemáticas e contextualizadas de casos similares e contrastantes. A sistematização da comparação é fundamental por suas implicações na análise causal.

Quanto à capacidade de generalização dos resultados e da explicação, não há pretensão de sua universalização. Outro aspecto específico da análise histórica comparativa é que possibilita o diálogo entre teoria e evidência. Segundo os autores,

Ao empregar um número pequeno de casos, os pesquisadores que utilizam a análise histórica comparativa podem confortavelmente ir e voltar, entre teoria e história em muitas interações de análise ao mesmo tempo em que formulam novos conceitos, desenvolvem novas explicações e refinam expectativas teóricas pré-existentes à luz de detalhadas evidências do caso. (Mahoney, Rueschmeyer, 2003: 13)

Finalmente, temos o Método de Análise de Redes Sociais que vem ganhando cada vez mais reconhecimento, pois além do foco nas relações – pois adota a posição ontológica de que o mundo é feito de relações –, oferece um conjunto sistemático de técnicas para a análise das redes sociais e sua comparação. Esse foco é necessário quando se pretende enveredar por questões como quais as dimensões relacionais da política; ou como organizações e movimentos sociais são afetados pela sua participação em redes de relações – isto é, como estas redes, sua forma e dinâmica influenciam a atuação desses atores.

A análise das redes sociais centra-se nas interações e relações, formais e informais, dentro ou fora de contextos institucionais, que envolvem indivíduos ou organizações. Observam-se os chamados “nós” (indivíduos, grupos, organizações, instituições, etc.) e suas relações, e como estas representam canais de recursos e informações. Trata-se de um tipo de análise sistemática que busca mapear esses elementos e mensurar os fluxos de recursos e informações nas redes. Isso hoje é feito com o auxílio de ferramentas como o *software* Ucinet, já mencionado, que permite a reconstrução das redes e de um amplo rol de estatísticas descritivas – medidas como centralidade, densidade, transitividade, reciprocidade e outras. A medida de centralidade, por exemplo, é um bom indicador para poder e status.



Os sociogramas abaixo mostram as relações entre famílias econômica e politicamente influentes (os Medici e os Strozzi) que disputavam o poder em Florença (Itália) do século XV:

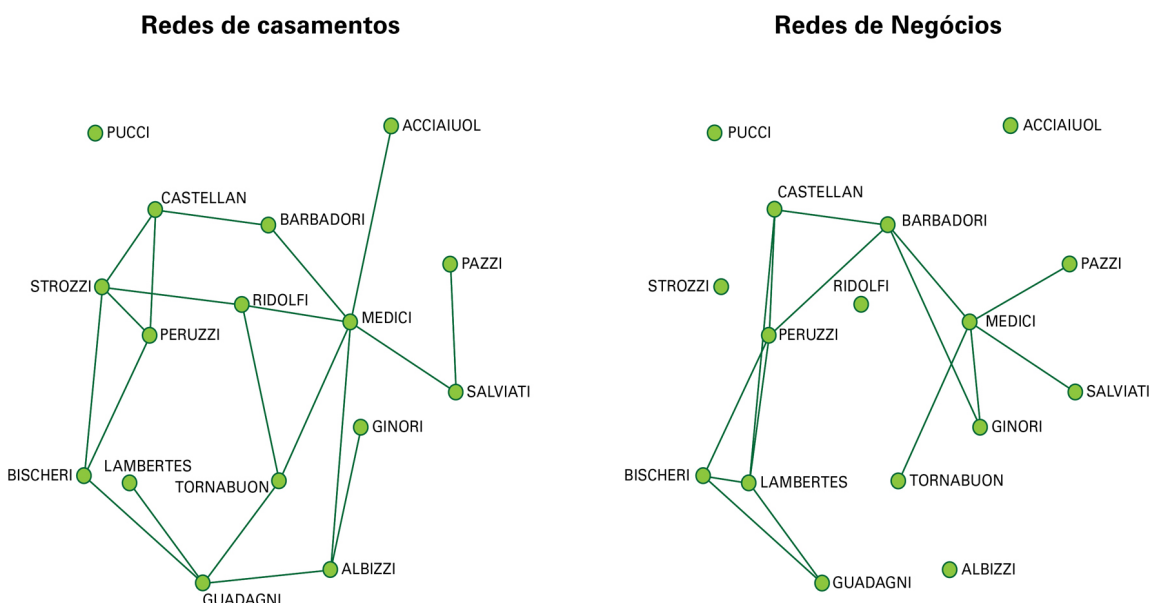


Figura 2.1 / Fonte: modificado de Padgett JF, Ansell CK. Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1434. American Journal of Sociology, Vol. 98, No. 6 (May, 1993), pp. 1259-1319. Projeto: Redefor. Produção: CEPA.

A análise de redes sociais é um método que pode ser facilmente combinado com outras técnicas, quantitativas ou qualitativas, no estudo de fenômenos políticos de diversa natureza: estudos sobre movimentos sociais, “redes de políticas” e relações de poder nas redes virtuais.

Bibliografia

- MAHONEY, J.; RUESCHMEYER, D. (Eds.). **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge UP, 2003.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS EM. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARQUES, E. Leis gerais, explicações e mecanismos. Para onde vão nossas análises? **RBCS** Vol. 22 nº. 64: 140-145. Junho de 2007.
- PRZEWORSKI A, TEUNEH. **The logic of comparative social inquiry**. Malabr, R. Krieger Pub. Company, 1970.
- RAGIN, C. **The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. Berkeley, University of California Press, 1987.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3ª ed. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.